

FHC anuncia fundo de desenvolvimento do ensino

Fotos: Acácio Pinheiro

DIANA FERNANDES
e ÉRICA FERRAZ

O presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou ontem aos governadores, em reunião na Granja do Torto, proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor. O fundo pretende vincular parte da verba prevista para a educação para o primeiro grau e promover uma redistribuição de recursos entre o estado e os municípios. Ele será formado por 60% do total destinado pelos estados à educação e estabelecerá um valor per capita mínimo por aluno (R\$ 300,00 por ano) que será equivalente ao salário de meia jornada (20 horas semanais) dos professores do ensino básico. A previsão é que em 96 o fundo terá R\$ 12,1 bilhões, sendo que 50% destes recursos serão destinados ao pagamento de professores da ativa.

Para a implementação do Fundo serão necessárias emendas à Constituição e projetos de lei que serão enviados ao Congresso no dia 15 de outubro, dia do professor. A ideia do Governo, lançada ontem, não é estabelecer um piso salarial para todos os professores do País, mas a vinculação com o custo médio que cada estado ou município terá com cada aluno primário por ano. Com isso, segundo o presidente Fernando Henrique, os salários iniciais dos professores serão "bastante mais elevados" e as diferenças dos salários dentro das carreiras serão menores. "Hoje esta diferença é de até sete vezes entre a menor e a maior renda do magistério", completou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. No Nordeste existem hoje professores que recebem salários de até R\$ 30,00.

METAS PARA A EDUCAÇÃO

São estas as metas do Governo anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na área da educação:

— Vincular ao ensino de 1º grau R\$ 12 bilhão por ano de recursos federais, estaduais e municipais e redistribuí-los de modo a garantir uma aplicação per capita de R\$ 300 por aluno, por ano, em todo o País.

— Garantir recursos suficientes para que os municípios de menor renda ofereçam ensino de qualidade e salário digno do professor.

— Estimular os municípios de maior renda a assumirem o ensino de 1º grau, dado que haverá garantia constitucional e legal de recursos permanentes.

— Facilitar a descentralização das redes estaduais para os municípios, pois haverá, em cada estado, recursos vinculados ao número de alunos, com base no valor per capita.

— Tornar mais transparente a fiscalização da efetiva aplicação dos recursos na educação, em especial no ensino de 1º grau e na valorização do professor.

— Eliminar os salários indignos pagos aos professores em amplas regiões do País, e tentar garantir uma média salarial de R\$ 300,00 para a categoria.

RECURSOS VINCULADOS

— 18% Receitas federais.....	R\$ 4,8 bilhões
— 25% Receitas estaduais e municipais (ICMS: R\$ 42 bilhões) (FPM + FPE: R\$ 20 bilhões)	
Total: R\$ 62 bilhões: 25%.....	R\$ 15,5 bilhões
— Outros impostos estaduais e municipais	
Estimativa: R\$ 5 bilhões: 25%.....	R\$ 1,2 bilhão
— Salário educação: R\$ 2,1 bilhões	
FSE: — 0,4%.....	R\$ 1,7 bilhão
Total:.....	R\$ 23,2 bilhões.

Descentralização — Na sua apresentação, o presidente Fernando Henrique Cardoso, pediu o apoio dos governadores e da sociedade civil para promover a descentralização da educação. O Governo pretende, com a criação do fundo, incentivar a municipalização do ensino primário. Ou seja, os municípios que já têm rede própria, mas não têm recursos, serão garantidos pelo fundo. Mas se ainda assim não for alcançado o valor per capita mínimo por aluno, o Governo Federal completará este valor. Os que não municipalizaram ainda o ensino básico dependerão desta medida para serem beneficiados, tanto pelo fundo como pelo aporte financeiro da União.

O presidente Cardoso disse que a proposta também tem por objetivo reduzir a corrupção na área do ensino.

Dos R\$ 12,1 bilhões previstos para o fundo no ano que vem, o Governo Federal entrará com R\$ 900 milhões. Os estados e municípios entrarão com R\$ 11,1 bilhões, que serão obtidos pela divisão de 15% da soma do ICMS, FPE (Fundo de Participação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A redistribuição entre estado e municípios será de acordo com o número de alunos matriculados na rede de primeiro grau. "Cada estado terá o seu Fundo de Valorização do Magistério. O que queremos demonstrar é que o salário do professor poderá ser igual ao custo médio por aluno. Se o custo de um estado for R\$ 300,00, o professor ganhará no mínimo R\$ 300,00. Se for maior, aumenta também o salário", explicou o ministro Paulo Renato, ressaltando que a atual reivindicação dos professores é de R\$ 340,00 por 40 horas semanais.



Fernando Henrique Cardoso disse aos governadores, reunidos na Granja do Torto, que o plano visa reduzir a corrupção na área do ensino

Plano divide opinião dos governadores

A proposta do Governo de criar um fundo para valorizar o magistério e desenvolver o ensino fundamental foi homologada pelos governadores na carta-compromisso assinada ontem ao final da reunião na Granja do Torto. Os governadores, no entanto, consideraram que é preciso discutir os detalhes do projeto com a área econômica, para que não haja perdas para os estados na redistribuição dos recursos da educação. O próprio ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, admitiu que os estados que não municipalizaram a rede de ensino básico poderão deixar de ganhar receita do fundo.

"É verdade que, em princípio, os estados do Centro-Sul podem vir a perder. Mas eles querem municipalizar a educação com garantia do Governo. E é o que faremos", garantiu o ministro. O governador menos otimista na defesa do programa foi Paulo Souto, da Bahia. "Precisamos estudar com cautela. A princípio aprovo a ideia, mas acredito que devemos ter problema com a fonte de recursos para o fundo", analisou Souto, preocupado com a parcela do ICMS que os estados terão que vincular ao ensino básico.

Elogios — Apesar da preocupação com a redistribuição dos recursos estaduais e municipais, os governadores elogiaram de modo geral a proposta apresentada ontem. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, disse que o plano é perfeito e que dará mais oportunidade aos municípios mais pobres. "Poderemos acabar com o analfabetismo no Nordeste em pouco tempo", disse otimista o governador tucano. Na sua avaliação, o fundo cria uma situação definitiva para os municípios que "não mais dependerão da boa vontade de ministros e governadores, além de criar uma garantia de que os recursos para educação não serão mais desviados para áreas periféricas do setor".

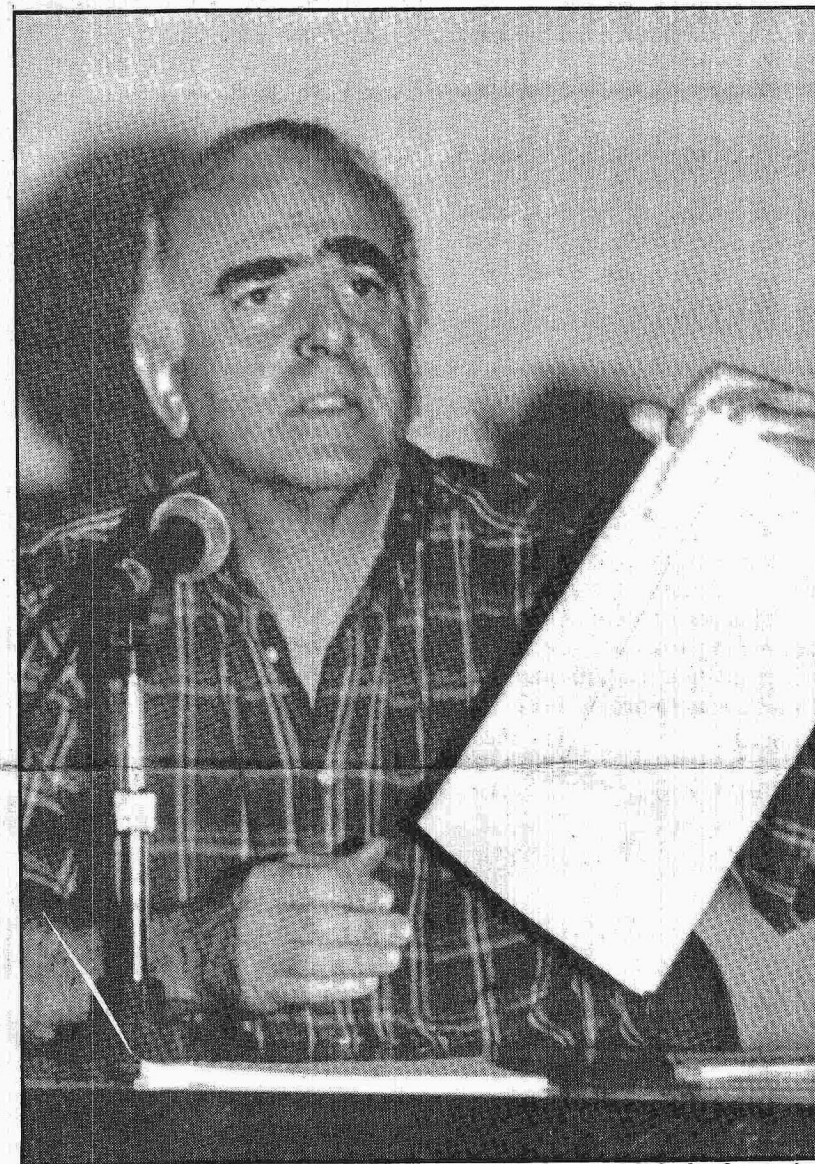
'Falta de critério permite desvio'

O pacote de medidas, envolvendo os aspectos fiscais e a reformulação da carreira do Magistério, será discutido, ao longo de setembro, com representantes do ensino nos estados e municípios para que as regras tenham eficácia nacional, segundo explicou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Em 15 de outubro, o Governo manda a proposta final ao Congresso, contendo as modificações de ordem constitucional (condensadas numa emenda) e a parte a ser fixada em leis federais.

Segundo Paulo Renato, a falta de critérios na aplicação dos recursos educacionais, que tem privilegiado o ensino superior, permite todo tipo de desvios. "De tudo que é destinado para o setor, muito pouco chega efetivamente à sala de aula", constatou o ministro. Paulo Renato destacou que a má distribuição baixa o nível do ensino e avilta os salários dos professores. Há professores primários em municípios nordestinos ganhando menos de R\$ 30,00 por mês. "Vamos eliminar da face do País esse tipo de salário indigno", garantiu.

Sem querer assumir compromisso com a criação de um piso nacional, Paulo Renato assegurou, porém, que a média salarial mensal dos professores primários equivalerá, por norma legal, ao custo per capita anual de R\$ 300,00 por aluno. Do total de 1,3 mil professores de 1º Grau do País, 300 mil são leigos e o programa prevê uma fatia dos recursos para que eles recebam treinamento, mediante bolsa de estudo remunerada.

A proposta do Governo não implica em estados e municípios destinarem mais recursos dos seus orçamentos para o ensino, mas apenas em priorizar a educação básica e em adotar critérios transparentes na aplicação. Os estados e municípios que aplicam no ensino fundamental menos do que a média per capita pretendida, receberão recur-



Para Paulo Renato, a má distribuição prejudica qualidade do ensino

sos suplementares da União, desde que criem redes de ensino próprias. O ministro admitiu que as novas regras retirarão a liberdade de estados e municípios para manipular os recursos da educação, mas disse que a proposta obteve apoio dos governadores com os quais, já conversou, inclusive Mário Covas, de São Paulo. Ele espera que, até outubro, se obtenha consenso em torno da ideia.

Durante o encontro com os go-

vernadores, Fernando Henrique anunciou para amanhã o lançamento, em caráter experimental, do programa TV Escola, um canal de educação à distância destinado exclusivamente a professores para reciclagem, capacitação e apoio às atividades em sala de aula. Cada uma das 45 mil escolas da rede pública de 1º grau receberá um Kit tecnológico com uma antena parabólica, um TV em cores, um videocassete e uma caixa de fitas VHS.